



Um diálogo com a história oral: limites ou possibilidades de se fazer pesquisa qualitativa?

Marlene Almeida de Ataíde¹

RESUMO

O presente artigo realiza um diálogo com a história oral para conhecer a sua gênese e aplicação de um ponto de vista teórico metodológico. Os aspectos éticos permeiam a pesquisa qualitativa desde a escolha do objeto de estudo, as delimitações metodológicas, as análises dos resultados até o compromisso de uma devolutiva das informações obtidas. A metodologia da história oral considerada, de incomensurável riqueza na coleta dos dados, atribui importância aos sujeitos e as suas histórias, na construção e reconstrução de suas trajetórias de vida. Por seu intermédio são registrados fatos para explicar o presente, o que, na contemporaneidade, assume um lugar de destaque e se legitima no âmbito das ciências humanas e sociais.

Palavras-Chave: história oral, metodologia, pesquisa qualitativa, ética.

Recebido em 21/05/2016
Aceito para publicação em 30/09/2016

Introdução

“[...] a história oral é tão antiga quanto a história.” (THOMPSON, 2002)

A proposta deste artigo é levantar duas indagações preliminares que se fazem prementes. A primeira delas sobre a gênese da história oral, ou seja, qual a sua origem? A segunda é como a história oral foi se consolidando até se tornar uma/um técnica/método de pesquisa que na atualidade abarca outras áreas do conhecimento além das ciências sociais aplicadas e humanas? Não se pretende neste artigo um registro histórico da história oral na sua amplitude, mas sim, uma breve síntese no sentido de situá-la na contemporaneidade em face de sua

¹ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). Professora do Curso de Graduação em Serviço Social e da Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade de Santo Amaro (UNISA – SP). Líder de pesquisa credenciada pelo CNPQ. Linha de Pesquisa centrada na área das Ciências Sociais Aplicadas do curso de Serviço Social. E-mail: maataide@yahoo.com.br

legitimação e seu reconhecimento tanto no campo acadêmico quanto nos movimentos sociais.

Nesta perspectiva, ao visitar o texto do historiador Thompson vemos que “*A história oral foi instituída em 1948 como uma técnica moderna de documentação histórica, quando Allan Nevins, historiador da Universidade de Colúmbia, começou a gravar as memórias de personalidades importantes da história norte-americana*” (THOMPSON, 2002, p. 89).

Thompson avança na discussão lembrando que no decorrer de duas décadas esse foi o grande mote da ‘história oral’ nos Estados Unidos, e que “*A partir da década de 1970 este método foi vigorosamente revivido em relação à história dos índios, a história dos negros e ao folclore estendido a novos campos, tal como a história das mulheres*” (THOMPSON, 2002, p. 89).

Assim, a opção em compreender a gênese da história oral deve-se, sobretudo, à gama de possibilidades que oportuniza, sistematizadas nas palavras de Thompson:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e dos outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (THOMPSON, 2002, p. 44).

Dessa forma, conforme Thompson, a história oral é a interpretação da história e das mudanças ocorridas nas sociedades e culturas por meio de relatos orais em que aparecem as lembranças e experiências, que são registradas pelo sentido auditivo de quem a registra. Compreende também a história oral pelo seu caráter interdisciplinar, pois demonstra como a interação humana permeia e transcende todas as barreiras das disciplinas.

Joutard (2006) discorre que foi nos Estados Unidos nos anos 50 onde ocorreu o surgimento da primeira geração de historiadores orais, que desejavam

a reunião de material para as futuras gerações. Naquela década a história oral tinha como característica privilegiar as ciências políticas, ocupando-se da história daqueles que ele denomina “*notáveis*”, sendo que para os trabalhos realizados não se enfatizava a “reflexão metodológica”. No México, em 1956, o Instituto Nacional de Antropologia registrava as memórias dos chefes da revolução mexicana. Ao passo que na Itália antropólogos e sociólogos militantes da esquerda se utilizaram da história oral para reconstituir a cultura popular, os quais são considerados pelo autor como a segunda geração de historiadores orais, já em fins dos anos 60.

A segunda geração foi marcada por uma nova concepção da oralidade, visto darem ênfase aos relatos orais das minorias étnicas, dos iletrados, dos marginalizados entre outros, “*aos povos sem história*” [...] *é uma história vista como alternativa a todas as construções historiográficas baseadas no escrito. Desenvolveu-se à margem da Academia, baseando-se implicitamente na ideia de que se chega à “verdade do povo” graças ao “testemunho oral”* (JOUTARD, 2006, p. 45).

O movimento de difusão intelectual se acentua ainda mais na Inglaterra tendo na figura de Thompson um dos grandes precursores. No entanto, na América Latina, em especial na Argentina, que recebeu a influência da Universidade de Columbia, que retomou estudos ligados à primeira fase da história oral, entrevistas com sindicalistas e dirigentes peronistas começaram a ser realizadas. No que se refere à França e à Espanha, países que já se detinham há algum tempo nessa linha de pesquisa com fontes orais era uma prática realizada por algumas pessoas e ocorria de forma isolada, segundo Joutard (2006). Em meados dos anos 70 dois encontros internacionais foram decisivos na consolidação da corrente. É importante destacar o XIV Congresso Internacional de Ciências Históricas de San Francisco, no ano de 1975. Também que “[...] *a história oral que se praticava nos anos de 1950 em determinada instituição é bastante diversa daquela praticada nos anos de 1980 e 1990 em outras instituições*” (ALBERTI, 1997, p. 209).

Do ponto de vista da incursão na história oral no Brasil, destaca-se a historiadora Ferreira (1994), ao referir que as experiências foram consolidadas inicialmente nos marcos de 1975. Ocasão em que especialistas mexicanos e norte-americanos passaram a oferecer cursos na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, os quais consistiam em apresentar os princípios norteadores do método da história oral, com base no currículo do *Oral History Program, da Columbia University*. Foi a partir dessas iniciativas que se deu o surgimento dos

primeiros programas de história oral no Brasil, especialmente na Universidade Federal de Santa Catarina e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Essas instituições, naquela quadra histórica, propuseram que se constituíssem “*acervos de depoimentos orais da história de vida de representantes da elite brasileira*” (FERREIRA, 1994, p. 9). Acredito que tal iniciativa foi uma forma encontrada para, por intermédio dos relatos orais, a reflexão na perspectiva de compreender com maior clareza o contexto brasileiro daquele período histórico.

No entanto, foi a partir do desenvolvimento de uma política

“científica e tecnológica por parte do Governo Federal que as ciências humanas e sociais passaram a ser reconhecidas a partir de 1976, bem como, a receber incentivo e apoio por parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, possibilitando, inclusive a sua institucionalização” (FERREIRA, 1994, p. 10).

Não obstante, nesse período com os investimentos no âmbito da área científica, a história oral não sofreu efeitos imediatos quanto à expansão dos programas. Embora novos programas tenham sido implantados no Nordeste (especificamente em Pernambuco e na Bahia, como o segundo curso que contou com a participação de especialistas estrangeiros coordenados pelo professor William Moss, Diretor da Biblioteca John Kennedy), desde a década de 1980 não houve alterações substanciais.

Ferreira (1994) aponta as dificuldades para a montagem de programas de história oral ou para a expansão dos já existentes devido aos altos custos operacionais. Também, no que se refere à utilização do método por pesquisadores individuais que mostrou um caminho exequível. Assim, a história oral nesse período se expandiu devido ao aumento de pesquisadores independentes, incorporando “*novos objetos e temas de pesquisa*” (FERREIRA, 1994, p. 11). Foi ainda na década de 80 que se consolidaram e expandiram os cursos de pós-graduação em história oral e ciências sociais, multiplicando-se as dissertações de mestrado e teses de doutorado na área.

Ferreira aponta ainda a importância do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU/USP), que em 1983 promoveu, em São Paulo, o X Encontro nacional de Estudos Rurais e Urbanos, ampliando o debate sobre a história oral. No entanto, foi na década de 90 que a história oral desenvolveu no Brasil, se consolidou e passou a ganhar legitimidade e institucionalização. Desse modo, em abril de 1993 foi realizado o I Encontro Nacional de História Oral, também

em São Paulo, inaugurando uma nova fase de intercâmbios entre os programas. No Encontro, a principal deliberação foi no sentido de ser criada a Associação Brasileira de História Oral, além de esforços que foram envidados para se divulgar a ideia de cadastrar pesquisadores com vistas à realização do II Encontro de História Oral.

História oral: na busca de uma compreensão/definição conceitual

Percorrendo a literatura que discorre sobre história oral, buscou-se uma compreensão definição/conceitual apoiada, principalmente, em autores brasileiros que se consagraram nessa área temática no âmbito das Ciências Humanas, ou Ciências Sociais, não desprezando, entretanto, autores de outros países que participam/contribuem em Congressos, Encontros Seminários, entre outros de história oral no Brasil.

De acordo com o Estatuto Social da Associação Brasileira de História Oral (criada em 29 de abril de 1994 durante o II Encontro Nacional de História Oral, realizado no Rio de Janeiro) em seu Art. 1º § 1º: *“Por história oral se entende o trabalho de pesquisa que utiliza fontes orais em diferentes modalidades, independente da área do conhecimento na qual essa metodologia é utilizada”* (Estatuto Social da Associação Brasileira de História Oral In: Revista de História Oral, nº 1, 1998, p. 14).

Ancorada por uma visão sociológica, Lang (1996a, p. 34) coloca a seguinte questão: *“Há, segundo me parece, um consenso em que a história oral é um trabalho de pesquisa, que tem por base um projeto e que se baseia em fontes orais, coletadas em situação de entrevista”*. Prossegue em sua análise ao afirmar que, *“O trabalho de história oral não se esgota na realização, gravação, transcrição e no arquivamento da entrevista”* (LANG, 1996b, p. 3) E, enfatiza *“que o documento gerado não fala por si”* já que requer toda uma interpretação e análise quanto à *“forma e conteúdo”*, pois quando traçamos os objetivos de uma pesquisa, devemos ter claras as bases teóricas que irão determiná-las no decorrer dos trabalhos (LANG *et al.* 1998, p. 13).

Portelli (1997) ressalta que para a realização da história oral é imprescindível o trabalho de campo, pois,

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-

las, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada um. Portanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral é, por definição, impossível sem ele (PORTELLI, 1997, p. 13).

Delgado (2006) interpreta a história oral como um procedimento metodológico que, por meio de entrevistas, produz narrativas de pessoas que testemunharam acontecimentos tanto na vida privada quanto coletiva, ou seja, a memória ou história oral da pessoa. Por outro lado, o historiador Corrêa, amparado em Georg P. Browne, menciona que “*história oral é a designação dada ao conjunto de técnicas utilizadas na coleção, no preparo e na utilização de memórias gravadas para servirem de fonte primária a historiadores e cientistas sociais*” (CORRÊA, 1978, p. 13).

Para os historiadores Meihy e Holanda,

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY, HOLANDA, 2007, p. 15).

Meihy (2002) traz outra definição ao ressaltar que a história oral pode ser traduzida como um recurso moderno possível de ser usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva.

Ainda para Meihy, “*A história oral se apresenta como forma de captação de experiência de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida. Quanto mais elas os contarem a seu modo, mais eficiente será seu depoimento*” (MEIHY, 2002, p. 51).

Camargo (1994, p: 75-76) ressalta que “*a história oral, no fundo, é um instrumento pós-moderno para se entender a realidade contemporânea. [...] Pós-moderno por sua elasticidade, por sua imprevisibilidade, por sua flexibilidade*”.

Na concepção das historiadoras Ferreira e Amado (2006, p. viii), a

história oral é “*Entendida como metodologia, pois remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica. Esta última evidentemente a transcende e concerne à disciplina histórica como um todo*”. Ao discutir sobre o *status* da história oral, não obstante as diferenças ou posturas adotadas por pesquisadores, Ferreira e Amado frisam que “[...] *é possível reduzir a três as principais posturas a respeito do status da história oral. A primeira defende ser a história oral uma técnica; a segunda, uma disciplina; e a terceira, uma metodologia*” (FERREIRA; AMADO, 2006, p. xii).

A partir do *status* dado e, apoiadas em Roger, (1986), as autoras (2006) propõem uma reflexão para aqueles que defendem a história oral como técnica, ou seja, que utilizam as “*experiências com gravações, transcrições e conservação de entrevistas, e o aparato que as cerca*”. Para os que defendem dessa posição “*concebem a história oral como uma técnica, negando-lhe qualquer pretensão metodológica ou teórica*”, ou seja, as autoras defendem a história oral como uma metodologia como algo mais abrangente e complexo do que uma simples técnica de entrevista. Acrescentam que “*A chamada ‘história oral’ não passa de um conjunto de procedimentos técnicos para a utilização do gravador em pesquisa e para a posterior conservação das fitas*”. E adicionam: “*Querer mais do que isso é ingressar no terreno da mais pura fantasia*”. Dessa forma, “*A história oral não possui os fundamentos filosóficos da teoria, nem os procedimentos que [...] possam ser qualificados como metodológicos. Ela é fruto do cruzamento da tecnologicado século XX com a eterna curiosidade do ser humano*” (FERREIRA e AMADO, 2006, p. xii-xiii).

Ferreira e Amado (2006), ancoradas em Mikka (1988), dissertam que para os postulantes do *status* de disciplina para a história oral baseiam-se em argumentos complexos, pois partem da ideia de que a “[...] *a história oral inaugurou técnicas específicas de pesquisa, procedimentos metodológicos singulares e um conjunto próprio de conceitos*”. Enfatizam que “*Pensar a história oral dissociada da teoria é o mesmo que conceber qualquer tipo de história como um conjunto de técnicas, incapaz de refletir sobre si mesma*”. Nas suas análises “[...] *Não só a história oral é teórica, como constituiu um corpus teórico distinto, diretamente relacionado às suas práticas*” (grifos das autoras) (FERREIRA e AMADO 2006, p. xiiii).

Por fim, ressaltam ainda a seguinte questão:

Entre os defensores da história oral como metodologia situa-se as autoras desta apresentação e organizadoras do presente livro. [...] A divergência entre os que pensam como nós e os postulantes da

história oral como disciplina reside em outro ponto: estes reconhecem na história oral uma área de estudos próprios e capacidade (como o fazem todas as disciplinas) de gerar no seu interior soluções teóricas para as questões surgidas na prática – no caso específico, questões como as imbricações entre história e memória, entre sujeito e objeto de estudo, entre história de vida, biografia e autobiografia, entre diversas apropriações sociais do discurso. Em nosso entender, a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelecem e ordenam procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho -, funcionando como ponte entre teoria e prática. Esse é o terreno da história oral – o que, a nosso ver, não permite classificá-la unicamente como prática. Mas, na área teórica, a história oral é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar, questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas. As soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na boa e antiga teoria da história. Aí se agrupam conceitos capazes de pensar abstratamente os problemas metodológicos gerados pelo fazer histórico. [...] Apenas a teoria da história é capaz de fazê-lo, pois se dedica, entre outros assuntos, a pensar os conceitos de história e memória, assim como as complexas relações entre ambos (FERREIRA e AMADO, 2006, p. xv-xvi).

Nas palavras de Alberti (2006),

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (ALBERTI, 2006, p. 155).

Destaca-se ainda que “[...] a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais”. (LOZANO 2006, p. 16). Outra autora que traz uma contribuição sobre a compreensão da história oral é Voldan (2006), ao referir que, “[...] Portanto, se a história oral é entendida como um método, ela deve incluir-se na história do tempo presente, e se ela serve para designar a parte pelo todo, a expressão deve ser abandonada em prol da história feita com testemunhas”. (VOLDAN, 2006, p. 34).

Trebitch (1994), pesquisador do *Institut d’ Histoire du Temps Présent* (IHTP), do CNRS, Paris, ancorado em Louis Starr, discorre sobre as incertezas

epistemológicas da “*história oral*” com a seguinte definição: “*mais do que uma ferramenta, e menos que uma disciplina*” (TREBITSCH, 1994, p. 19).

Sobre a pesquisa qualitativa: um breve diálogo

Esse breve diálogo se propõe a uma discussão sobre as pesquisas que se utilizam da abordagem qualitativa cujos pesquisadores buscam compreender dados da realidade dos sujeitos investigados, os quais não podem ser quantificados. De acordo com Minayo (2007) por considerar que trabalham com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo, das relações e dos processos dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Nessa direção, a pesquisa pode ser considerada como uma viagem bastante longa, empreendida por um sujeito que a transforma num relato dos lugares muitas vezes já visitados, mas que são (re) visitados com outros olhares, pois nada é absolutamente original e, assim, é sempre conveniente um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais.

Preliminarmente, é importante compreender que a pesquisa qualitativa é um termo que não representa algo único ou monolítico, como pode parecer à primeira vista. De modo contrário, o conceito de pesquisa qualitativa requer que os seus pesquisadores lancem mão de outras áreas do saber para construir um estatuto teórico particular.

Nessa perspectiva, a pesquisa qualitativa pode ser compreendida como uma jornada. Como tal, trata-se de uma experiência relativamente longa, pois há um envolvimento direto com o método, procedimentos, instrumentos, recursos e sujeitos do estudo. Nesse ínterim, a presença do pesquisador em campo se torna um imperativo e os sujeitos da pesquisa tendem a se engajar no processo de pesquisa qualitativa. Uma vez que os sujeitos, indivíduos ou organizações, decidem participar e permitem ser entrevistados e fornecer informações, desencadeia-se uma colaboração. Uma das vantagens que a abordagem qualitativa apresenta é justamente a plasticidade que lhe é inerente. Por outro lado, os métodos e as técnicas quantitativas transmitem uma impressão de engessamento. As metodologias qualitativas oferecem ao pesquisador uma sensação de liberdade que, por sua vez, traz como risco a possibilidade de displicência metodológica no decorrer da investigação. Essa liberdade é geralmente interpretada pelos críticos como falta de rigor científico.

Howard Becker (1999) defende tal liberdade ao extremo, optando por um modelo artesanal de ciência. Para ele, todo pesquisador, a exemplo dos clássicos, Marx, Durkheim e Weber, deve ser também um metodólogo. Afirma que “*os sociólogos deveriam se sentir livres para inventar os métodos capazes de resolver os problemas das pesquisas que estão fazendo*” (BECKER, 1999, p. 12). O trabalhador, produzindo suas teorias e seus métodos, contemplaria aspectos singulares e variações locais do fenômeno investigado que as metodologias sugeridas nos livros e nos manuais não conseguem captar por serem genéricas.

O cerceamento da liberdade pelos métodos quantitativos tem como uma de suas características o controle da intuição através da formalização. Nas metodologias qualitativas, apesar disso, a intuição ganha um papel central. Robert Nisbet (2000), ressaltando a importância da imaginação e da intuição na pesquisa sociológica, afirma que muitos dos procedimentos intelectuais da sociologia clássica aproximam o sociólogo mais do artista do que do cientista social, preso a regras inflexíveis. Entretanto, aqueles que ainda acreditam ser possível a neutralidade e, conseqüentemente, a objetividade absoluta no processo de construção do conhecimento científico, interpretam como falhas imperdoáveis o que foi apresentado até aqui como as vantagens oferecidas pelas metodologias qualitativas.

Segundo Melucci (2005), as ciências sociais abandonaram uma perspectiva metodológica monista, própria das ciências naturais, e se abriram para uma concepção pluralista. No entanto, essa abertura não ocorreu sem dificuldades. E apesar do êxito que a pesquisa qualitativa tem alcançado, não faltam críticas que colocam sob suspeita sua validade científica. As críticas mais contundentes são: a falta de representatividade, a predominância da subjetividade no processo investigativo e a falta de critérios rígidos na coleta e na análise dos dados.

O problema da representatividade seria decorrente daquilo que Weber (1982) indica como uma prerrogativa da perspectiva interpretativista. Segundo ele,

[...] todo conhecimento reflexivo da realidade infinita realizado pelo espírito humano finito baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica, e de que só ele será “essencial” no sentido de “digno de ser conhecido” (WEBER, 1982, p. 88).

A crítica se fundamenta no fato de que a pesquisa qualitativa, necessariamente, trabalha com unidades sociais. Ela precisa escolher um fragmento da realidade como sendo representativo dessa realidade. A questão seria como saber se o fragmento escolhido tipifica bem o fenômeno social que o pesquisador busca compreender? Vinculada a essa questão está a dúvida sobre a possibilidade de generalização. Sem a certeza de que o fragmento da realidade seja representativo, conseqüentemente, a validade da interpretação fica comprometida. Ora, sem a possibilidade mínima que seja de generalização, o trabalho não tem valor científico.

O segundo problema, que não está de forma alguma separado do primeiro, seria a predominância da subjetividade no processo investigativo. A proximidade do sujeito epistêmico com seu objeto comprometeria todo o processo de pesquisa, desde a escolha da unidade que seria representativa do todo, até a análise dos dados. Embora o debate acerca da neutralidade e da objetividade esteja ganhando a alcunha de ultrapassado, o excesso de liberdade promovido pelas metodologias qualitativas colocaria em xeque o valor científico do conhecimento produzido com seus métodos e suas técnicas. Para os críticos mais dogmáticos, tal conhecimento não seria nada além de especulação. Pois esses críticos apontam a falta de critérios rígidos na coleta e na análise dos dados. Desse modo, ao mesmo tempo em que a pesquisa qualitativa permite um aprofundamento por meio da imersão do pesquisador na realidade que ele deseja compreender, esse processo é sempre limitado, já que ele deve escolher entre os inúmeros aspectos sociais daquela realidade, aqueles que seriam mais relevantes para sua análise. Como os critérios dessa escolha são subjetivos, isso poderia acarretar num enviesamento do trabalho. Além disso, esse tipo de pesquisa gera uma grande profusão de dados, o que dificultaria a sistematização e análise deles. Tendo em vista todas as críticas e os problemas apontados, não podemos, em defesa da pesquisa qualitativa, incorrer no erro ingênuo de acreditar que existam métodos infalíveis e que seria possível alcançar verdades absolutas, especialmente, no contexto das ações e relações sociais.

Como foi colocado, o objeto de investigação da sociologia é complexo e dinâmico e é, justamente, a complexidade do objeto que demanda uma diversidade de métodos. Entretanto, tal diversidade redundaria em um relativismo para o qual, de acordo com Melucci (2005), não existe saída absoluta. Se os defensores das metodologias qualitativas são recorrentemente confrontados com os limites desse tipo de abordagem, recebem também, em grande medida, incentivos oriundos das possibilidades que elas apresentam. Vale ressaltar que,

pesquisa com abordagem qualitativa apresenta uma plasticidade que lhe é inerente; enquanto que pesquisa que utiliza o método ou a técnica quantitativa, uma impressão de engessamento, pois a primeira traz a sensação de liberdade, embora esta liberdade seja interpretada pelos críticos como falta de rigor científico. A pesquisa com abordagem qualitativa se distingue também pela maneira de aproximar sujeito e objeto, partindo do princípio de que ambos pertencem à mesma natureza (MINAYO e SANCHES 1993).

De acordo com Minayo (2007), ao complementarmos o aspecto qualitativo do objeto estamos considerando-o como sujeito de estudo: gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados, sendo que esse objeto encontra-se em constante transformação.

Esse objeto, que é sujeito, se recusa peremptoriamente a se revelar apenas nos números ou a se igualar com sua própria aparência. De modo que coloca ao estudioso o dilema de contentar-se com a problematização do produto humano objetivado ou de ir à busca também dos significados da ação humana que constrói a história (MINAYO 2007).

Minayo (2007) frisa que o objeto é histórico, possui uma consciência histórica e mantém uma identidade com o sujeito das investigações. Afirma que o objeto é algo complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação. Portanto, a sua construção é feita por meio de retoques sucessivos condizentes com a proposta teórico-metodológica adotada. De acordo com Chizzotti (2005), o objeto, na ótica qualitativa, não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam suas ações.

Nesse sentido, ao adotar a abordagem qualitativa, o pesquisador supõe haver uma relação dinâmica entre o mundo real do sujeito, entre o sujeito e o objeto, entre o objeto e a subjetividade do sujeito.

A pesquisa qualitativa propicia que os participantes possam pensar a respeito daquilo que está sendo pesquisado, pois as suas percepções e representações estão presentes e isso valoriza o que os sujeitos têm a dizer. Evidenciar a percepção dos sujeitos é permitir-se entrar em cena com o sujeito da pesquisa, proporcionando uma nova ambiência em que se privilegiam instrumentos que superam o questionário, mas aqueles que incidem apropriadamente na oralidade, como o roteiro.

Outro aspecto vital da pesquisa qualitativa localiza-se na conexão do

sujeito na estrutura, interpretando suas vivências cotidianas. Assim, colocam-se alguns pressupostos que fundamentam a utilização das metodologias qualitativas de pesquisa, a saber:

‘O reconhecimento da singularidade do sujeito’ – entendendo-se que o sujeito é singular podemos reconhecer o caráter de singularidade de cada pesquisa, que deve fundamentar-se no favorecimento das condições para a sua revelação, expressa na oralidade e na contextualidade de sua existência. [...] ‘O reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito’ – as pesquisas qualitativas valorizam conhecer como se processa a experiência social dos sujeitos, superando as reduções pelas percepções apenas circunstanciais, evidenciando o necessário conhecimento do modo de vida, concreto, apreendido como o real vivido pelos sujeitos, apreendidos pelas expressões sobre suas crenças, valores, sentimentos e ainda pela apropriação de suas próprias experiências vivenciadas cotidianamente (MARTINELLI, 1999, p. 22-23).

Por fim, “*O reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social*”, e isso significa “*o viver histórico cotidiano do sujeito e a sua experiência social expressando a sua cultura*” (THOMPSON apud MARTINELLI, 1999, p. 24).

Segundo Martinelli (1999, p. 23), “[...] *é em direção a essa experiência social que as pesquisas qualitativas, que se valem da fonte oral, se encaminham, é na busca dos significados de vivências para os sujeitos que se concentram os esforços do pesquisador*”. Não se trata, portanto, de uma pesquisa com um grande número de sujeitos, pois é preciso aprofundar o conhecimento em relação àquele sujeito com o qual estamos dialogando.

Com base nessas análises pode-se inferir que a pesquisa qualitativa não se configura pela quantidade de sujeitos que irão prestar os depoimentos. A grande importância, nesse tipo de abordagem, são os significados que os sujeitos buscam desvelar em razão do que se procura com a pesquisa.

Julga-se oportuno lembrar que a pesquisa qualitativa pressupõe também o uso de alguma forma quantitativa, ou seja, que pode haver uma pesquisa qualitativa decorrente de uma quantitativa inicial. No entanto, a opção metodológica da pesquisa deve ser fruto do posicionamento consciente e coerente do próprio pesquisador.

É necessário ressaltar a dimensão política da pesquisa qualitativa, que transforma o pesquisador e os sujeitos pesquisados em sujeitos políticos que se

manifestam de acordo com suas opções políticas, no processo investigativo; o que caracteriza esse tipo de pesquisa como intencional na busca dos objetivos previamente e explicitamente definidos, caracterizados pela busca intencional dos sujeitos.

Nesse sentido, retomam-se alguns aspectos descritos por Martinelli (1999, p. 27) sobre a pesquisa qualitativa, que são de suma importância, pois isto pode significar. O caráter inovador, como pesquisa que se insere na busca de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências; Quanto à dimensão política desse tipo de pesquisa que, como construção coletiva, parte da realidade dos sujeitos e a eles retorna de forma crítica e criativa; Por ser um exercício político, uma construção coletiva, não se coloca como algo excludente ou hermético, é uma pesquisa que se realiza pela via da complementaridade, não da exclusão (MARTINELLI, 1999, p. 27).

Após o breve diálogo sobre a pesquisa qualitativa amparada pelas reflexões dos autores que deram o aporte teórico, é necessário tecer algumas considerações sobre conceitos/definições da história oral premente neste estudo. A finalidade de compreender como os autores vão tecendo suas teorias para materializar a metodologia da história oral se faz necessária, pois, na contemporaneidade a história oral assume um lugar de destaque e se legitima no âmbito das ciências humanas e sociais, exatas entre outros campos férteis que se utiliza das pesquisas com esse tipo de método.

Para esse breve diálogo, pesquisar a literatura e privilegiar alguns autores brasileiros e de outros países que se dedicam à metodologia da história nas suas pesquisas significa que o diálogo seja numa perspectiva interdisciplinar. Assim, conhecer a gênese da história oral e como cada um dos autores que irão ancorar esse diálogo a conceitua ou a define diante das várias correntes que permeiam este campo torna-se uma opção metodológica. O método da história oral se configura e/ou representa uma contribuição decisiva ao enriquecimento das experiências sociais ou mesmo do conhecimento adquirido. A história oral possui ainda um significado plural, pois propicia o envolvimento de outro agente além do pesquisador/historiador nessa relação que pode se denominar de dialética.

Assim, a pretensão desse artigo é discutir uma possibilidade de encaminhamento para essa questão a partir da constatação de Amado & Ferreira (2006) de que a escolha do apoio teórico é fundamental. Visto que a História Oral, como todas as outras metodologias, estabelece e ordena procedimentos de

trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa; também as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens; as diferentes maneiras do pesquisador relacionar-se com os entrevistados e as possíveis influências no trabalho – funcionando como ponte entre teoria e prática. Porém, essas autoras não classificam a História Oral unicamente como prática: como metodologia, remete a uma dimensão técnica e uma dimensão teórica. Mas, na área teórica, só é capaz de suscitar questões, jamais solucioná-las: formula as perguntas, porém as respostas têm que ser obtidas em teorias externas, relacionadas à História Oral, porém dela distintas.

São observações importantes porque enfatizam a necessidade de apoio teórico, necessário até mesmo ao se classificar o tipo de pesquisa que utiliza recursos da História Oral. Portanto, em estudos que se dedicam à pesquisa qualitativa, na perspectiva do uso da história oral (enquanto uma técnica, um procedimento ou uma metodologia) se desenvolvem a partir de uma situação bastante natural, visto que é rica em dados que são obtidos na interação entre pesquisadores e pesquisados diante da situação em estudo, tendo em vista que a ênfase se dá mais no processo do que no produto. A preocupação está em mostrar a perspectiva dos sujeitos entrevistados num plano aberto e flexível, de forma a focalizar a realidade complexa, bem como contextualizá-la.

A pesquisa identificada como qualitativa surge inicialmente ancorada pela Antropologia e pela Sociologia, todavia, nas últimas décadas vem abrangendo outras áreas das ciências humanas, dentre as quais a Psicologia, a Educação e a Administração de Empresas. No âmbito das ciências sociais, ao empregarem o método qualitativo, a preocupação dos pesquisadores está mais voltada para o processo social do que para a estrutura social, pois buscam visualizar o contexto. Na medida do possível buscam uma integração empática com o processo/objeto de estudo que implique melhor compreensão do fenômeno.

Godoy (1995, p. 21) aponta a existência de pelo menos três diferentes modalidades oferecidas pela abordagem qualitativa, quais sejam, “[...] a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia”. Por outro lado, Demo (1986) ao tratar da pesquisa qualitativa aponta os critérios internos que podem ser descritos como: coerência – discurso logicamente construído; consistência – qualidade argumentativa do discurso; - originalidade – contribuição do conhecimento; objetivação – abordagem teórica metodológica de aproximação da realidade. Para Demo (1986, p. 17), existe um critério externo à cientificidade

que ele chama de “[...] *a intersubjetividade*” que é “[...] *a ingerência de alguns da opinião dominante dos cientistas de determinada época ou lugar de demarcação científica*”. Não obstante, de acordo do Luria (1983 *apud* FREITAS, 2002, p. 23) Marx descreve esse processo, como a investigação qualitativa com a singular expressão: “[...] *ascender o concreto*”.

Para Bakhtin (1985 *apud* Freitas, 2002) não é possível compreender o homem, sua vida, seu trabalho, suas lutas, senão por meio de textos signos criados ou por criar. Nesse sentido o homem não pode ser estudado como um fenômeno da natureza, como coisa. A ação física do homem precisa ser compreendida como um ato, porém, este ato não pode ser compreendido fora de sua expressão “*sígnica*”, que é por nós recriada.

*Não perguntamos à natureza e a natureza não nos contesta. Perguntamos a nós mesmos e organizamos de uma maneira determinada a observação ou o experimento para obter a resposta. Estudando o homem em todas as partes buscamos e encontramos signos e tratamos de compreender seu significado (BAKHTIN, 1985 *apud* FREITAS, 2002, p. 24).*

Nas ciências humanas, portanto, ao se trabalhar com a interpretação das estruturas simbólicas, faz-se necessário ir à infinitude dos sentidos simbólicos. E é por isso que não se pode pretender, nas ciências humanas, chegar à cientificidade própria das ciências exatas. Essa interpretação dos sentidos é profundamente cognoscitiva: “*há que se reconhecer que a simbologia não é uma forma não científica do conhecimento, senão uma forma outra do conhecimento que tem suas leis internas e seus critérios de exatidão*” (BAKHTIN, 1985 *apud* FREITAS, 2002, p. 24)

Nas ciências exatas, o pesquisador encontra-se diante de um objeto mudo que precisa ser contemplado para ser conhecido. O pesquisador estuda esse objeto e fala sobre ele ou dele. Está numa posição em que fala desse objeto, mas não com ele, adotando, portanto, uma postura monológica. Já nas ciências humanas, seu objeto de estudo é o homem, “*ser expressivo e falante*”. Diante dele, o pesquisador não pode se limitar ao ato contemplativo, pois se encontra perante um sujeito que tem voz, e não pode apenas contemplá-lo, mas tem de falar com ele, estabelecer um diálogo com ele. Inverte-se, desta maneira, toda a situação, que passa de uma interação sujeito-objeto para uma relação entre sujeitos. De uma orientação monológica passa-se a uma perspectiva dialógica. Isso muda tudo em relação à pesquisa, uma vez que investigador e investigado são dois sujeitos em interação. O homem não pode ser apenas objeto de uma

explicação, produto de uma só consciência, de um só sujeito, mas deve ser também compreendido, processo esse que supõe duas consciências, dois sujeitos, portanto, dialógico.

Destarte, as ciências exatas representam uma forma monológica do conhecimento: o intelecto contempla a coisa e se expressa sobre ela. Aqui somente existe um sujeito, o cognoscitivo (contemplativo) e falante (enunciador). O que se lhe opõe é tão-somente uma coisa sem voz. Qualquer objeto do conhecimento (inclusive o homem) pode ser percebido e compreendido como coisa. Porém um sujeito como tal não pode ser percebido nem estudado como coisa, uma vez que sendo sujeito, não pode se continua sendo sujeito, permanecer sem voz; portanto seu conhecimento só pode ter caráter dialógico (BAKHTIN, 1985 *apud* FREITAS (2002).

Considerações finais: algumas palavras

Ao discorrer sobre a gênese da história oral, e ainda na busca de definições/conceitos, o presente artigo não exaure todos os autores que têm se debruçado para o estudo teórico da história oral, como metodologia, técnica, procedimento, recurso entre outros da pesquisa. Pelo contrário, deparei-me com uma gama incomensurável de títulos que foram publicados, muitos esgotados, tal a procura por esse tipo de literatura que vem invadindo não apenas o meio acadêmico, mas também de pessoas que são atraídas e fascinadas por esse tipo de literatura.

Por outro lado, a história oral vem alcançando não somente as áreas das ciências sociais e humanas, mas está se infiltrando nas demais áreas do conhecimento. Percorrendo as suas origens verifiquei a sua jovialidade, colocando-a na posição da moderna história oral. Do ponto de vista dos conceitos, observam-se divergências e convergências, mas todos os autores que apoiam esse texto além de outros que não estão citados e discutem com propriedade a história oral, partilham da ideia de uma metodologia que vem se consagrando no mundo contemporâneo enquanto um suporte inestimável de resgate da memória, envolvendo não apenas pessoas notáveis, mas também, possibilitando escuta apurada para todos aqueles cujos pesquisadores, pretendem direcionar seus projetos de pesquisa.

A pesquisa qualitativa tem sido privilegiada no âmbito das ciências sociais e humanas, pois relaciona o pensamento e a base material, ou seja, a ação de sujeitos históricos e as determinações que os condicionam, o mundo objetivo

e a subjetividade dos sujeitos pesquisados. Tal forma de abordagem cada vez mais valorizada justifica-se, acredito, para aqueles pesquisadores que trabalham com o universo de significados, representações, crenças, valores, atitudes, o que permite a compreensão da realidade humana vivida socialmente.

Assim, ancoro-me nas brilhantes palavras de Thompson (2002), ao enfatizar que,

Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar a subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta. Se assim é, porque não aproveitar essa oportunidade que só nós temos entre os historiadores, e fazer nossos informantes se acomodarem relaxados no divã, e, como psicanalistas, sorver em seus inconscientes, extrair os mais profundos de seus segredos? (THOMPSON, 2002, p. 197).

Mas para isso, acrescenta-se, o pesquisador deve possuir sensibilidade, e acima de tudo estabelecer uma relação de confiança e respeito mútuos, para que não necessite induzir o entrevistado a respostas que apenas o pesquisador deseja ouvir. Portanto, é essencial que a questão da ética esteja permeando a relação a partir da abordagem preliminar.

Referências

- ALBERTI, Verena. O acervo de história oral do CPDOC: trajetória de sua constituição. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. 18p.
- _____. Fontes orais: histórias dentro da história. In: PINNSKY, Carla Bassanezzi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CAMARGO, Aspásia. História Oral e Política. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. **História oral: teoria e técnica**. Florianópolis, UFSC, 1978.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.
- DELGADO, Lucila de Almeida. Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas,

1986.

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL In: **Revista de história oral**, nº 1, 1998, p. 14.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

_____.; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 21-39, julho/ 2002.

GARNICA, A. V. M. História Oral e Educação Matemática: de um inventário a uma regulação. In: **Zetetiké**, CEMPEM-Unicamp, Campinas, v.11, n.19, p. 9-55, 2003. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/MATEMATICA/Artigo_Vicente5.pdf. Acesso em: 19/abr./ 2016.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**. v. 35, n. 3, 1995, p. 20-29.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 50 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.). **(Re) introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996a. – (Série eventos).

_____. A palavra do outro: uso e ética. Comunicação apresentada no **XX Encontro Anual da ANPOCS** Caxambu, outubro de 1996b. Disponível em: portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc...gid... Acesso em 24/nov./2015

_____.; et al. **História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU**. São Paulo: Humanitas, 1998.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (ORG.), **Pesquisa qualitativa** – um instigante desafio. Núcleos de Pesquisa 1. São Paulo: Veras, 1999.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

_____.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? In: **Saúde pública**. Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

- _____. Ciência, técnica e arte: o desafio da ciência social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007 (Coleção Temas Sociais).
- NISBET, A. Robert. A sociologia como uma forma de arte. In: **Revista Plural**. São Paulo: n° 7, USP, p. 111-130, 1° sem/2000.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. Revisão técnica: Dea Ribeiro Fanelon. In: **Proj. História**, São Paulo (14), fev. 1997, p. 25-39.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 3ª Edição, 2002.
- TREBITSCH, Michel. A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea. Tradução de Monique Augras. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- VOLDAN, Daniele. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (org.) In: **Weber – sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982.

A dialogue on oral history: limits or possibilities of qualitative research?

ABSTRACT

The article debates oral history, its genesis and application from a methodological point of view. Ethical aspects permeate not only the qualitative research since the choice of the study subject, its methodological delimitations, the analyses of the results, but also researcher's commitment to the understanding of the obtained information. The incommensurable wealth of oral history's methodology acknowledges the importance of individuals and their biographical information, especially for the construction and reconstruction of individuals' life trajectories. Oral history allows historians to register facts that explain present time situations and, in the contemporaneity, it assumes a prominence place in social sciences which produces a positive methodological scenario towards reliability and validity.

Keywords: Oral history, methodology, qualitative research, ethics.